

Educação alimentar e nutricional no currículo do ensino médio integrado: contribuições para a formação humana integral

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.1.8684>

Tatiana Moreira Costa¹

Resumo: Uma formação humana integral compreende abordar o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, em todos os aspectos. Significa explorar as capacidades máximas dos sujeitos, considerando-os como o meio e o fim do processo pedagógico. A escola é o espaço privilegiado para atingir os sujeitos, promovendo uma educação crítica, expandindo a capacidade do ser humano de lidar com vários fatores, inclusive com a saúde e a alimentação. O objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão sobre a Educação Alimentar e Nutricional enquanto conteúdo constitutivo do currículo escolar na perspectiva da formação humana integral. A Educação Alimentar e Nutricional precisa acontecer de forma contínua, estar inserida na realidade dos estudantes e correlacionada aos assuntos escolares para construção de conhecimentos, desenvolvimento de pensamento crítico-reflexivo e promoção de hábitos saudáveis. Dialogar sobre alimentação e nutrição nas instituições de ensino é de extrema importância, porém, mesmo perante a sua relevância, encontra-se desafios de se desenvolver tais ações no ambiente escolar, à vista disso, compreende-se a pertinência de se discutir mais sobre as suas possibilidades, seus limites e como essa deve ser realizada, a fim de que se possa construir uma aprendizagem efetiva e significativa.

Palavras-chave: Ensino médio integrado, Educação alimentar e nutricional, Formação integral.

Food and nutrition education in the integrated high school curriculum: contributions to comprehensive human education

Abstract: A comprehensive human education involves addressing the development of the human being in all its dimensions. It means exploring individuals' full potential, considering them as both the means and the end of the educational process. The school is the privileged space to reach individuals, promoting critical education and expanding the human capacity to deal with various factors, including health and nutrition. The aim of this work is to reflect on Food and Nutrition Education as a core component of the school curriculum from the perspective of comprehensive human education. Food and Nutrition Education must occur continuously, be embedded in students' realities, and be interconnected with school subjects to build knowledge, foster critical and reflective thinking, and promote healthy habits. Discussing food and nutrition in educational institutions is extremely important. However, despite its relevance, there are challenges in implementing such actions in the school environment. In light of this, it is essential to discuss more deeply its possibilities, limitations, and how it should be carried out in order to build effective and meaningful learning.

Keywords: Integrated high school education, Food and nutrition education, Comprehensive education.

Introdução

A educação profissional técnica de nível médio, doravante Ensino Médio

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9107-9748>. Email: tatiana.moreira@gmail.com.

Integrado (EMI), é uma modalidade de ensino que combina a formação geral do ensino médio com uma formação profissionalizante em uma determinada área de conhecimento (Ciavatta, 2014).

A ideia de formação integral, contida na proposta do EMI, compreende abordar o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, em todos os aspectos. Significa explorar as capacidades máximas dos sujeitos, considerando-os como o meio e o fim do processo pedagógico, propondo assim condecorar todos os direitos sociais e humanos estabelecidos no Artigo 6º da Constituição Federal, “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança [...]” (Brasil, 1988; Frigotto, 1996).

Para formar o ser humano de forma integral, em sua totalidade, é necessário e fundamental ter um olhar sistêmico sobre esse processo formativo, a fim de que se possa desenvolver competências e habilidades nas múltiplas dimensões: intelectual, física, social e cultural, levando assim em consideração os vários aspectos correlacionados a vida do aprendiz, tanto dentro, quanto fora do ambiente escolar (Baczinski, 2016).

Dentre o extenso conteúdo curricular que deve ser abordado nas instituições de ensino, se tratando de temas de saúde e alimentação, podemos mencionar o que traz a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que em seu Art. 2º, inciso II aborda:

A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2009, Art 2).

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, que tem como finalidade o desenvolvimento de ações autônomas de hábitos alimentares saudáveis e a melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2013).

A inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem é reconhecida como uma ação estratégica fundamental para o desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis e da construção da autonomia. Ao inserir temas relacionados com alimentação e nutrição no currículo escolar, fortalecemos a formação integral dos estudantes, preparando-os para serem cidadãos atuantes e responsáveis. Ou seja, contribuímos na edificação da consciência e da capacidade de realizar escolhas adequadas,

corroborando assim na formação ampla do ser humano como ser integral, com pensamento crítico- reflexivo e ação sobre o seu meio social (Brasil, 2013; Ritter; Ribeiro; Garcia, 2022).

As pesquisas científicas que elucidam sobre o papel da alimentação e nutrição na formação dos escolares são extremamente necessárias e valiosas. Deste modo, busca-se com o texto que segue refletir sobre a seguinte questão: qual é a importância da Educação Alimentar e Nutricional no Ensino Médio Integrado? A partir desta temática, o objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão sobre a Educação Alimentar e Nutricional enquanto conteúdo constitutivo do currículo escolar na perspectiva da formação humana integral.

Concepções do ensino médio integrado

Conforme estabelecido no artigo 205 da Constituição Federal (1988) a educação é um direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, e tem como finalidade proporcionar o pleno desenvolvimento dos indivíduos, visando prepara-los para o exercício da cidadania e qualifica-los para o trabalho (Brasil, 2016).

Ainda que a formação não seja fruto apenas da escola, essa constitui como um espaço social privilegiado, capaz de promover e estar a serviço do desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural (Araújo; Silva, 2017).

Neste contexto, a educação profissional técnica de nível médio, doravante EMI, é compreendida como uma possibilidade de caminho a ser trilhado para formação de sujeitos capacitados a participar da vida social e produtiva, com autonomia intelectual e com senso ético. Configurando-se dessa forma uma alternativa para se construir valores que refletirão em uma sociedade mais justa, integradora e democrática (Araújo; Silva, 2017).

A ideia de formação integral vai além da aglutinação de conteúdos soltos e isolados, ela representa uma preparação mais completa e consciente para a vida, para a cidadania e para o trabalho. Sua definição ultrapassa a dimensão pedagógica e alcança a dimensão política da formação humana. Do ponto de vista conceitual, Ciavatta (2014), traz que:

[...] formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças

entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária [...]. Assim, essa expressão também se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes sociais, a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública (Ciavatta, 2014, p. 197-198).

Para Ciavatta (2005), a formação integrada:

[...] sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (Ciavatta, 2005, p. 85).

O EMI propõe formar sujeito crítico, capazes de compreender o mundo e suas contradições intrínsecas, e que saibam se posicionar diante da realidade, como sujeitos históricos, sociais e culturalmente constituídos (Ciavatta, 2005).

Trata-se de uma formação que articula a dimensão social e humana e não desvincula o “saber fazer” do “saber pensar”, que amplia a aspiração de uma educação “no” mundo e não somente “para” o mundo. Concerne desenvolver um ensino médio que crie perspectiva de vida para os jovens e que abarque as dimensões estruturantes da vida: o trabalho, a ciência e a cultura (Ramos, 2017).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), acreditam que o EMI se faz necessário para potencializar as mudanças fundamentais na constituição de uma sociedade mais justa. Segundo esses autores, essa forma integrada de educação configura-se como uma travessia para uma nova realidade, para se chegar à prática da politecnia em sua plenitude. Essa travessia, de acordo com Moura, Garcia e Ramos (2007), é identificada e reafirmada, na escrita do documento base do ensino médio integrado para o Ministério da Educação, quando traz que a essência da forma integrada é auxiliar transitoriamente como passagem para se chegar a uma educação politécnica.

Politecnia, educação omnilateral, formação integrada são horizontes a serem alcançados. Ciavata (2014) traz que esses termos, não representam sinônimos, porém abarcam o mesmo universo ao se tratar do ensino médio e da educação profissional.

Saviani (2003, p. 136) sinaliza que “a noção de politecnia se encaminha na

direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral”. Encontra no conceito de politecnia a oportunidade de promover a indissolução entre ciência e técnica, buscando um processo de trabalho que se desenvolva conjugando aspectos manuais e intelectuais. Para o autor, politecnia significa “o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas” (Saviani, 2003, p. 140).

Para Kuenzer (2002):

A politecnia supõe uma nova forma de integração de vários conhecimentos, que quebra os bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência. [...] Nessa concepção, evidencia-se que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações entre eles, sempre reconstruídas no movimento da história (Kuenzer, 2002, p.87).

No que tange à omnilateralidade, ancorado nos pressupostos marxianos, Manacorda (2010, p. 87) define esse termo como o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”. Ou seja, sinaliza para o compromisso com o desenvolvimento pleno do ser humano, considerando todas as dimensões que convergem para esse desfecho.

Ciavatta e Ramos (2012, p. 307), trazem que a concepção do EMI vai além da preparação para o ensino superior ou de atender as exigências do mercado de trabalho. As autoras apoiam na convicção do “sentindo de inteiro, de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos”. Desse modo, ao proporcionar ao estudante o ensino médio articulado ao ensino profissional, empenha-se em atingir a formação integrada e plena dos estudantes, oportunizando uma preparação mais completa e consciente para a vida, para cidadania e para o trabalho.

Partindo dessas concepções, pode-se afirmar que a finalidade do EMI, etapa crítica da formação dos jovens, baseia-se no compromisso de educar os sujeitos para participar político e produtivamente do mundo. Com comportamentos éticos e compromisso político, busca-se potencializar a capacidade dos indivíduos de transformar a realidade e realizar mudanças sociais, desenvolvendo-se a emancipação, o protagonismo e a autonomia dos estudantes (Kuenzer, 2002).

Moura, Lima Filho e Silva (2015) defendem que a escola é o espaço social capaz de promover e estar a serviço do desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões. Isso implica que, além dos aspectos acadêmicos, deve-se expandir e desenvolver a capacidade dos sujeitos de lidar também com sua saúde, suas emoções, sua atuação profissional, sua identidade. Os saberes mais elaborados têm um papel fundamental na ampliação da consciência crítica e reflexiva, e a escola possui um papel importante nesse processo almejado, a formação humana integral.

Educação alimentar e nutricional no currículo escolar

Os currículos escolares são documentos normativos que englobam os conteúdos que serão estudados, as atividades que serão realizadas e as competências que serão desenvolvidas nos estudantes. São elaborados e organizados com objetivo de desenvolver

o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam compreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta, correlacionado assim o âmbito escolar à prática social (Moura, 2013; Franklin et al., 2021).

A escola é concebida como espaço de produção de conhecimento, pesquisa, construção de valores, participação coletiva e desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. É considerada um ambiente privilegiado para atingir os sujeitos, promovendo uma educação crítica, expandindo a capacidade do ser humano de lidar com vários fatores, inclusive com a saúde e a alimentação (Moura, 2013; Franklin et al., 2021).

Temas relacionados com a saúde e a alimentação devem ser dialogados nas instituições de ensino e correlacionados com a realidade social, principalmente quando analisamos o cenário epidemiológico atual, caracterizado pelo intenso processo de transição no perfil nutricional e marcado pelo crescente aumento da obesidade e comorbidades. Perante esse crítico cenário, constata-se a necessidade alarmante da importância de se elucidar o tema da EAN nas instituições escolares como instrumento para promoção de hábitos alimentares saudáveis, minimizando assim a incidência de doenças de origem alimentar, bem como reparando o quadro de insegurança alimentar estabelecido (Tavares et al., 2010).

De acordo com o “Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas”, a EAN se configura como “um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis” no contexto de contribuir para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2012, p. 23).

O propósito da EAN é promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Visa educar para o autocuidado, de maneira permanente, capacitando os sujeitos a terem participação crítica e consciente na tomada de decisão, constituindo-se assim agentes ativos no processo de aprendizagem a respeito das escolhas alimentares (Brasil, 2018).

Dialogar sobre alimentação, nutrição e saúde é uma das estratégias possíveis para reverter esse cenário estabelecido na atualidade, e é a escola o espaço mais adequado e propício para propagação de tais ensinamentos, visto que é o local onde se desenvolve as práticas pedagógicas de aprendizagem e melhoria da qualidade de vida (Franklin et al., 2021).

De acordo com o Art.17º, inciso III, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, competem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a atribuição de: “Promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas sob sua responsabilidade administrativa, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis aos alunos atendidos” (Brasil, 2009). Ainda, a Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006, reconhece a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis e afirma em seu Art. 5º, inciso X que se deve “incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares” (Brasil, 2006).

Uma formação focada somente em conteúdos técnicos não abrange todas as habilidades necessárias para o desenvolvimento integral do ser humano, temas de EAN também são assuntos de sala de aula, e é através da escola, que esses assuntos podem ganhar foco, profundidade e importância (Moura, Lima Filho e Silva, 2015).

De acordo com Santos (2005), embora a relevância da educação nutricional seja reconhecida, principalmente nas políticas públicas em alimentação e nutrição, ainda há insuficientes referências quanto aos elementos que norteiam sua prática.

Chaves e Santos (2018) nos traz que “os livros didáticos enfatizam que uma boa alimentação é essencial à saúde, porém, o tema ocupa pouco espaço na maioria deles, e ainda, alguns exemplares apresentam deficiências ou não transmitem conceitos atuais sobre o tema alimentação e a promoção de saúde”.

Teixeira, Sigulem e Correia (2011) em seu estudo, observou que as informações sobre nutrição presentes nos livros didáticos eram insuficientes para influenciar a mudança de hábitos alimentares por meio da aquisição de conhecimentos, ou seja, não eram suficientes no processo de reeducação alimentar.

Segundo Prado et. al (2012), em seu estudo sobre o efeito das ações de EAN no consumo de alimentos no ambiente escolar, se valendo da didática lúdica, observou-se efeitos positivos na mudança de hábitos alimentares. Tais resultados foram obtidos possivelmente porque não se limitaram apenas na transmissão de informação.

Leão, Nery e Freitas (2019) correlacionando a nutrição com uma disciplina, valendo-se de abordagens lúdicas sobre carboidratos, tiveram a oportunidade de refletir sobre os hábitos alimentares dos escolares, atingindo o objetivo central do trabalho: compreender a importância da mudança de seus hábitos alimentares.

De acordo com Piasetzki (2015), a EAN precisa acontecer de forma contínua, estar inserida na realidade dos estudantes e correlacionada aos assuntos escolares para

construção de conhecimentos e promoção de hábitos saudáveis, considerando assim o sujeito em sua totalidade. O autor defende a importância do desenvolvimento de estratégias promotoras de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis, como algo constitutivo do Currículo Escolar. Segundo o mesmo, “estudar e discutir estas questões com os estudantes contribui para a construção de aprendizagens inerentes ao currículo escolar, numa abordagem integral do sujeito”.

Leão, Nery e Freitas (2019) afirmam que:

A escola tem o dever de informar, discutir e também incentivar, oferecendo oportunidades aos alunos de pôr em prática o que aprendem na teoria. Então, o trabalho com os estudantes na escola sobre esse assunto deve ser frequente, para que eles possam amadurecer a ideia de hábitos saudáveis e, inclusive, tornarem-se multiplicadores da ideia de uma alimentação equilibrada na própria família.

Considerações finais

O EMI, etapa crítica da formação dos jovens, baseia-se no compromisso de educar os sujeitos para participar político e produtivamente do mundo. Com comportamentos éticos e compromisso político, busca-se potencializar a capacidade dos indivíduos de transformar a realidade e realizar mudanças sociais.

Entende-se a importância da compreensão da formação humana integral que proporcione aos sujeitos uma aprendizagem completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadãos, propondo que todos os seres humanos desenvolvam seu senso crítico e sua autonomia em todas as áreas da vida.

Reconhece-se que a escola possui um papel fundamental na promoção de uma educação crítica e cultural em torno da alimentação, e que a propagação de informações sobre alimentação e nutrição deve ter função pedagógica, estando inserida no contexto acadêmico, sendo realizada de forma contínua, articulada e integrada ao currículo escolar. Porém, percebe-se que, mesmo perante a sua relevância, encontramos desafios de se desenvolver ações efetivas em EAN no ambiente escolar, notando assim a considerável importância de se discutir mais sobre as suas possibilidades, seus limites e principalmente como essa EAN deve ser realizada, a fim de que se possa construir uma aprendizagem efetiva e significativa.

Referências

- ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Editora IFB, 2017. 569 p.
- BACZINSKI, A. V. M. Educação escolar brasileira e suas possibilidades latentes de contribuição à educação omnilateral. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 219-253, jun./set. 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: MDS, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/21_Principios_Praticas_para_EAN.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência a educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun. 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Brasília: 2013.
- BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 mai. 2006.
- CHAVES, V. O.; SANTOS, A. S. Abordagem do tema alimentação em livros didáticos de biologia do 1º ano do ensino médio. **Revista Aproximando**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-8, 2018.
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.
- CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**. v.23, n.1:p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 08 out. 2023.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio integrado. In: CALDART, R. S. et. al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 307-315.

FRANKLIN, B et al. **Contribuição da educação alimentar e nutricional para uma formação omnilateral no Ensino Médio Integrado**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 20, p. e9874, fev. 2021.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, A. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, 248 p.

LEÃO, I. S.; NERY, I. A.; FREITAS, A. B. R. “Museu do açúcar”: uma proposta didática de ensino dos carboidratos para o ensino médio. **Scientia Naturalis**, Rio Branco, v. 1, n. 2, p. 249-266, 2019.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010, 206 p. Disponível em: https://gepel.furg.br/images/MANACORDA_MARX_E_A_PEDAGOGIA_MODERNA.pdf. Acesso em 22 out. 2023.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n.3, p.705-720. set. 2013.

MOURA, D. H.; GARCIA, S. R. O.; RAMOS, M. N. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Documento base. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acessado em: 20 out. 2023.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p.1057-1080. dez. 2015.

PIASETZKI, C.T.R. **Educação alimentar e nutricional: uma temática constitutiva do currículo escolar**. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

PRADO, B. G. et al. Educação alimentar e nutricional no ambiente escolar. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**. Brazilian Soc. Food Nutr., São Paulo, v. 37, n. 3, p. 281-292, dez. 2012.

RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em repôs de Ensino & Pesquisa, União da Vitória, v. 23, n. 01, p. 439-450, jan./abr. 2025.

regressão. In: ARAUJO, A. C.; SILVA, C. N. N. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Editora IFB, 2017. p. 20-43.

RITTER, C. G; RIBEIRO, J. M. P.; GARCIA, A. M. L. Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): uma narrativa sobre o estado da arte. **Revista Conexão na Amazônia**, v.3, n. Edição especial, 2022, p. 177-196.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas , v. 18, n. 5, p. 681-692, oct. 2005.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro: EPSJV; FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Acessado em: 20 out. 2023.

TAVARES, T. B.; NUNES, S. M. e SANTOS, M. O. Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura. **Revista Médica de Minas Gerais**, Minas Gerais, v. 20, n. 3, jul./set., 2010.

TEIXEIRA, T. C.; SIGULEM, D. M.; CORREIA, I. C. Avaliação dos conteúdos relacionados à nutrição contidos nos livros didáticos de biologia do ensino médio. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 29, n. 4, p.560-566, dez. 2011.

Submissão: 08/04/2024. **Aprovação:** 20/02/2025. **Publicação:** 25/04/2025.